



Uso racional da água será debatido amanhã

DA REDAÇÃO

Amanhã, haverá audiência pública para discutir o uso racional da água. O debate será na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos (Rua Artur Assis, 47, Boqueirão), a partir das 19 horas.

Na pauta, projeto que institui o Programa Nossa Água, do presidente da Comissão Especial de Vereadores que trata das questões ligadas ao saneamento básico, vereador Braz Antunes (PSD). Em maio, ele apresentou a proposta que prevê, entre outras coisas, a obrigatoriedade da implantação de sistema individualizado de medição de consumo de água em unidades habitacionais, em cinco anos, o que não ocorre nos edifícios, pois a taxa condominial é rateada por todos.



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Pergunta pertinente

O vereador santista Lincoln Reis (PL) quer saber da Prefeitura se há estudos em andamento para viabilizar a colocação de pedalinhas na Lagoa da Saudade, no Morro da Nova Cintra. Na visão do parlamentar, essa ideia seria muito positiva para atrair, no futuro, um número maior de visitantes.

RECICLA SANTOS. Pouco mais de dois anos de implantação da lei, a Comares tem recebido materiais que não são recicláveis

Índice de rejeitos explode em cooperativa de recicláveis de Santos

» Pouco mais de dois anos de implantação da Lei Recicla Santos, a Usina de Triagem de Lixo Reciclável, administrada pela Cooperativa de Materiais Recicláveis Santista (Comares), na Alemoa, tem registrado aumentos consecutivos no índice de rejeitos, ou seja, o que não pode ser reciclado.

Só em junho deste ano, 63% de tudo que foi recolhido pela coleta seletiva, depois de triado, eram, na verdade, não recicláveis - sendo destinado ao aterro Sítio das Neves.

A situação tem sido acompanhada pelo vereador Sadao Nakai (PSDB), que no início deste mês protocolou um requerimento na Câmara questionando a explosão no índice de rejeitos do que é enviado à Comares.

Em outro questionamento, feito no semestre passado, o vereador quis saber os volumes recolhidos de recicláveis e de rejeitos em 2016, 2017 e 2018. Em resposta, obteve um relatório da secretaria de Meio Ambiente confirmando que, desde 2016, o rejeito vem aumentando ano após ano.

Antes da lei, em 2016, das mais de 3 mil toneladas coletadas no ano pela coleta seletiva, quase duas (1.940,62 toneladas) eram rejeito.

Com a sanção, em 2017, as toneladas coletadas pelo serviço chegaram a 4.562,58 T, mas junto com elas aumentaram os rejeitos, que contabilizaram mais de 2 mil toneladas.

No ano passado, a montanha de rejeito chegou a 2,8 toneladas até novembro, antes da temporada, época que a cidade aumenta a produção de lixo.

Ano após ano, praticamente metade do que se coleta no programa municipal acaba sendo destinado ao aterro sanitário", alertou o vereador, que se diz preocupado também com a situação do Sítio das Neves.

O aterro está próximo do fim de sua vida útil, que chegou a ser cogitada para este ano. Mas, após a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) consentir uma área a mais de 40 mil metros quadrados, a capacidade de



A população tem sua parcela de culpa quando descarta como lixo reciclável produtos não recicláveis, como roupas e colchões

receber resíduos foi estendida até 2021.

"Fui visitar a cooperativa e percebi que os rejeitos aumentaram porque tem muita coisa que as pessoas acham que é reciclável, mas não é. Essa confusão acontece também porque as empresas responsáveis pela produção dessas embalagens ainda não se adequaram à logística reversa", diz Sadao.

Desde que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei 12.305/10 - foi sancionada, passou a ser obrigação da indústria recolher o

A indústria produz embalagens descritas como recicláveis no rótulo, mas que na prática não têm destinação por meio da reciclagem

que coloca no mercado. É a chamada logística reversa.

Neste processo, os produtores de embalagens e produtos que não encontram compradores no mercado da reciclagem ou não podem ser reciclados, são obrigados a oferecer postos de devolução para destinação correta, mas até o momento grande parte da indústria ainda não se adequou.

Segundo o vereador, o poder público tem feito a sua parte pressionando as empresas através de acordos seto-

riais - contrato firmado entre as partes com objetivo de implantar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

POPULAÇÃO X INDÚSTRIA. Sérgio Gomes, diretor administrativo da Comares, explicou que a parcela de culpa da população vem do descarte irregular de produtos não recicláveis, como roupas e colchões.

Já a indústria continua colocando no mercado embalagens descritas como reci-

cláveis no rótulo, mas que na prática não têm destinação por meio da reciclagem.

"Por exemplo, garrafas de leite com a parte interna escura não têm mercado, mas a empresa fabricante informa no rótulo que elas são recicláveis, isso confunde as pessoas", diz.

Em uma reportagem do Diário, em 2017, o problema já tinha sido denunciado por cooperados da região.

Na época, fardos de embalagens de salgadinhos, café e garrafas plásticas de leite estavam paradas nas cooperativas porque não havia compradores devido ao tipo de plástico que as compõe.

No caso dos pacotes, separar a parte metalizada interna do plástico externo encarece o processo de limpeza pós descarte e afasta os compradores.

Quanto às garrafas de leite, a película escura interna ajuda a conservar o leite, mas prejudica o processo de reciclagem.

"Enquanto as empresas não se responsabilizarem por um processo cíclico para o que produzem, os aterros vão continuar sobrecarregados, e a população pagando imposto por um serviço de coleta que, na verdade, quem deveria arcar é a indústria", diz Sérgio.

VETO.

Há cerca de quatro meses, a Comares não tem mais acesso ao ticket de pesagem dos caminhões da Terracom que levam para o aterro os rejeitos da coleta seletiva.

Questionado sobre o veto, o secretário de Meio Ambiente de Santos Marcos Libório, informou que não há, por contrato, obrigação de passar esses dados para a cooperativa e que a mudança foi uma medida de gestão. Ressaltou, porém, que essas informações são públicas e podem ser consultadas com a Terracom e com a própria prefeitura.

Quanto aos altos índices de rejeitos registrados na cidade, e que até então eram divulgados pela cooperativa, Libório explicou que a Lei Recicla Santos ainda é nova e a população está se adaptando.

(Vanessa Pinheiro)



AGENDA

da
semana

23 | SEGUNDA-FEIRA

17H30 Tribuna Cidadã
18H00 55ª Sessão Ordinária de 2019

24 | TERÇA-FEIRA

18H30 Audiência Pública: Segurança dos Elevadores
19H00 Audiência Pública: Depressão e Suicídio na População Afrodescendente (Local: Sindicato dos Bancários - Av. Washington Luiz, 140 - Vila Matias)
19H00 Audiência Pública: CEV Saneamento Básico no Município de Santos (Local: Associação dos Engenheiros e Arquitetos - R. Dr. Artur Porchat de Assis, 47 - Boqueirão)

26 | QUINTA-FEIRA

18H00 56ª Sessão Ordinária de 2019

27 | SEXTA-FEIRA

09H00 Audiência Pública: Relatório do Fundo Municipal de Saúde - 2º Quadrimestre de 2019
15H00 Audiência Pública: Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2019
19H00 Sessão Solene: Outorga da Medalha de Honra ao Mérito "Brás Cubas" ao Dr. Mário Flávio Leme Paes de Alcântara

OUVIDORIA APROXIMA CÂMARA E CIDADÃOS

Já está em funcionamento na Câmara Municipal de Santos um novo serviço voltado à transparência das informações, ao exercício da cidadania e à aproximação com o cidadão: a Ouvidoria do Parlamento. Com ela, os munícipes ganham um canal de comunicação rápido para enviar questionamentos, tirar dúvidas e encaminhar sugestões e reclamações.

Criada a partir da reorganização administrativa da Câmara, a instalação da Ouvidoria busca promover a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade e o aprimoramento de rotinas e processos de trabalho, além de contribuir para a prática de boa governança corporativa.

A Ouvidoria funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, no térreo da Câmara. Municípios também podem agendar o atendimento pelo telefone: (13) 3211-4100. O cidadão interessado ainda pode enviar suas solicitações ao órgão por meio do Portal da Transparência, disponível no site institucional da Câmara: www.camarasantos.sp.gov.br.

PRAÇA TENENTE MAURO BATISTA DE MIRANDA, Nº 1
VILA NOVA - SANTOS/SP | TELEFONE: (13) 3211-4100

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: SEGUNDA A SEXTA DAS 8H ÀS 18H
SESSÕES: SEGUNDAS E QUINTAS, A PARTIR DAS 18H

CAMARADESANTOS

CAMARAMUNICIPALDESANTOS www.camarasantos.sp.gov.br

Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Novo Centro de Convenções em pauta

O prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), enviou à Câmara, na última semana, o Projeto de Lei 282/2019, que autoriza o Executivo a promover a concessão à iniciativa privada do futuro Centro de Atividades Turísticas (CAT), na Ponta da Praia, por até 30 anos. A empresa fará a gestão, a operação, a exploração comercial e a manutenção do novo espaço. A obra está sendo executada pelo Grupo Mendes e faz parte das intervenções que são contrapartida pela mudança de status urbano de um terreno na Avenida Saldanha da Gama - permitindo a construção de quatro torres - e do uso do terreno onde hoje está o Mendes Convention Center, no Campo Grande. O tucano diz que não há, na Prefeitura, a expertise necessária para fazer a melhor gestão e a operação do CAT. "A concessão de uso para empresas do ramo, que possuam qualificação e experiências necessárias, fará com que seja possível extrair o máximo do potencial turístico, cultural e econômico desse equipamento", justificou.

Data marcada

No pedido encaminhado ao Legislativo, Barbosa informou aos integrantes da Casa que o empreendimento em construção na Ponta da Praia já possui uma data prevista de conclusão e entrega: 1º de junho de 2020, ou seja, semanas antes do início da campanha eleitoral.



Aprovados incentivos ao Centro de Santos

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

A Câmara de Santos encaminhará para sanção do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), sem modificações, o Projeto de Lei Complementar 52/2019, que cria o Programa de Incentivos Fiscais Santos Criativa, voltado a prestadores de serviços e estabelecimentos comerciais.

A proposta é de autoria do Executivo e deverá passar a valer no ano que vem para a região central de San-

tos, que inclui os bairros Centro, Paquetá, Valongo e Vila Nova. A intenção, com as isenções, é atrair empresas e manter as existentes.

Aprovado por unanimidade em duas discussões na Câmara, a votação final dependia da análise de oito emendas propostas pelos vereadores. Ontem de manhã, durante sessão extraordinária, duas emendas foram rejeitadas, e as demais acabaram retiradas.

Se aprovadas, as emendas poderiam inviabilizar o pro-

jeto, pois ampliaram benefícios e exigiram maior renúncia fiscal pela Prefeitura.

Seis delas previam alterações no texto para estender incentivos a outros segmentos. Uma delas ampliava os benefícios também aos locatários dos imóveis. Outra visava a ampliar a área de abrangência do programa.

O QUE MUDARÁ

A futura lei prevê isenção total e descontos em taxas e impostos municipais, incluindo Imposto Sobre Ser-

viços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O programa entra em vigor em 2020 e vale por dez anos. Cada local favorecido poderá fazer jus aos benefícios por dois anos, prorrogáveis por igual período. Os interessados em participar precisarão se encaixar nas regras previstas, como ter 50% da mão de obra fornecida pelo Centro Público de

Os vereadores também aprovaram ontem, em segunda discussão, o Projeto de Lei 267/2019, para se garantir gratuidade no transporte coletivo de Santos para passageiros que estejam em tratamento contra câncer de mama. A proposta vai para a sanção do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e entrará em vigor imediatamente após a publicação no Diário Oficial. Para ter o benefício, os pacientes precisam apresentar atestado

Emprego da Cidade, em caso de novas contratações. A Prefeitura estima abrir

médico ou de fisioterapeuta junto com o documento. Embora o projeto tenha sido encaminhado pelo prefeito, surgiu de indicação da vereadora Audrey Kleys (PP) feita ao Executivo em outubro do ano passado. Na época, a vereadora convocou uma audiência pública sobre os direitos da mulher com câncer de mama e destacou as consequências físicas e psíquicas da doença para a paciente e seus familiares.

mão de R\$ 6,8 milhões em 2020 e R\$ 7,1 milhões em 2021 com os incentivos.

Vereador Mantovani



o ex-prefeito Beto Mansur, muito do que conseguiu realizar não teria sido possível se não fossem as articulações do Mantovani. Ele era estrategista símbolo de uma política de raiz que hoje perde votos para os algoritmos das redes sociais. Sua irreverência e o seu corpo avantajado eram movidos por um coração sensível às necessidades sociais. Mantovani ostentava o título de vereador com mais tempo de mandatos no Brasil. Seu nome fica em destaque na história política da Câmara de Santos.

JOSÉ ANTONIO M. ALMEIDA (JAMA) - SANTOS

O falecimento do ex-presidente da Câmara de Santos, Carlos Mantovani Calejon, encerra a história de um mito da política santista. Dizer que o ex-vereador era cumpridor de palavra e de compromissos é pouco para definir seu talento político. Eu sentei junto a ele no plenário da Câmara todo o meu último mandato. Tinha uma genialidade política invejável. Como declarou

Encontro vai debater projeto da ponte

Evento será realizado pela ACS e pelo Grupo *Tribuna* na 2ª-feira

DA REDAÇÃO

A proposta de construção de uma ponte ligando as duas margens do Porto de Santos será tema de debates na próxima segunda-feira, em evento promovido pela Associação Comercial de Santos (ACS) em parceria com o Grupo *Tribuna*, na sede da entidade empresarial. O objetivo é esclarecer dúvidas sobre o em-

preendimento. O evento é destinado a associados da ACS e convidados.

A ponte defendida pelo Estado terá 7,5 quilômetros de extensão, indo da entrada de Santos e até o acesso à Ilha Barnabé, na Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

O debate reunirá o secretário de Logística e Transportes do Estado, João Octaviano Machado Neto, os prefeitos Paulo Alexandre Barbosa (Santos) e Ademário Oliveira (Cubatão) e o secretário de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá, Alexandre Trombelli.

PROGRAMAÇÃO

A abertura será feita às 9h30 pelo presidente da ACS, Roberto Clemente Santini, que também é dire-

tor-presidente do Grupo *Tribuna*. Os prefeitos e o presidente da Câmara de Santos, Rui De Rosis, também terão a palavra.

Depois, haverá a apresentação do projeto da ponte pelo diretor da Ecovias, Rui Klein, e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) farão considerações sobre a obra. Na sequência, o diretor-presidente da Codesp, Casemiro Tércio Carvalho, o comandante da Capitania dos Portos de São Paulo, o capitão de mar e guerra Daniel Menezes, o presidente da Praticagem de São Paulo, Carlos Alberto de Souza Filho, e o secretário João Octaviano vão comentar o projeto. Logo após, o evento será aberto a perguntas e debates.

EMPRÉSTIMO RÁPIDO E SEM BUROCRACIA

CARTAS CONTEMPLADAS DE AUTOS OU IMÓVEIS, CRÉDITO PESSOAL E DÉBITO EM C.C. OU CARNÊ

MICROCRÉDITO P/ AUTÔNOMOS DE R\$ 200,00 A R\$ 500,00

VOLTAMOS A OPERAR COM BANCO ITAÚ DÉBITO EM CONTA (COM RESTRIÇÃO)



3273.1013



99141.5005

A. PEDRO LESSA, 2706 - C.J. 54 - SANTOS



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Banha: “o maestro está perdido”

Na sessão extraordinária da Câmara de Santos realizada ontem, o vice-líder do Governo na Câmara de Santos, Antonio Carlos Banha Joaquim (MDB), trouxe à tona a falta de sintonia entre o Executivo e seus representantes no Legislativo. Na última quinta-feira, o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) recebeu os vereadores que apresentaram emendas ao projeto de lei que prevê isenção de impostos e descontos de 50% no IPTU para segmentos comerciais no Centro Histórico. Os participantes aceitaram retirar as emendas. Em contrapartida, o tucano assumiu o compromisso de enviar à Casa em 15 dias uma proposta contemplando as sugestões. Na hora da votação, Banha disse não ter recebido orientações do Executivo e defendeu a aprovação das emendas. “O maestro está perdido. Essa é a realidade. A orquestra está sem ritmo. Quem sabe na próxima semana o Governo pede alguma informação daqui”, desabafou. O líder do Governo, Adilson Júnior (PTB), ainda não estava na sessão.

Evidências

Banha destacou que esse episódio apenas evidencia “a ponta do iceberg” e a necessidade de haver uma sintonia mais fina entre o Executivo e o Parlamento. “Vamos fazer política com ‘P’ maiúsculo. Essa Casa está parecendo um cartório: só homologa”, reclamou.

Tudo normal

Benedito Furtado (PSB) explicou que o Parlamento estava devidamente representado na reunião com Barbosa pelo presidente Rui De Rosís (MDB) e por demais colegas que apresentaram emendas ao projeto, que foi aprovado ontem.

Cargo de enfeite

De forma irônica, Banha afirmou que a figura de vice-líder era “pífia” e que deveria ser extinta na Casa diante da grande defesa do Governo feita por Furtado e por Geonísio Pereira de Aguiar, o Boquinha (PSDB). “Tem ruído na comunicação. A imagem está ficando agora mais nítida, em HD, com a manifestação das novas lideranças”, justificou.

Dica de amigo

O integrante do PSB não gostou da fala do colega do MDB e reiterou que não está em campanha para prefeito. “Se eu fosse candidato, eu sairia da base do Governo e entregaria a vice-liderança”, afirmou o socialista. Ele foi interrompido algumas vezes por Banha, que é pré-candidato ao Executivo.

Chumbo trocado

O vereador do MDB justificou que na sua sigla as decisões são democráticas e não está definido se ele concorrerá ao Palácio José Bonifácio. Por outro lado, citou que Furtado é “dono” do PSB santista, onde “manda e desmanda”. O socialista evitou polemizar e respondeu que o PSB é “extremamente democrático”.



Dinheiro bem-vindo

O deputado federal Capitão Derrite (PP - foto) esteve ontem em Santos e visitou o Hospital Maternidade Silvério Fontes, em Santos, onde anunciou a destinação de uma emenda parlamentar de R\$ 500 mil para a compra de equipamentos àquela unidade.

Time afinado

Derrite esteve no complexo acompanhado pelo parlamentar estadual Professor Kenny, pela vereadora Audrey Kleys (ambos do PP) e pelo secretário municipal de Saúde, Fábio Ferraz.

Ação enérgica

O governador em exercício, Cauê Macris (PSDB), sancionou a Lei 17.157/2019, que define punições administrativas a serem aplicadas por atos de discriminação com motivo religioso. A legislação, da deputada estadual Leci Brandão (PCdoB), entrou em vigor ontem.

Direitos iguais

“Nos últimos tempos, tem havido muitos casos de agressões, muitas situações de constrangimento em relação às pessoas que são do candomblé, da umbanda. Não estou pensando apenas na minha religião, mas sim em todas. A lei é para punir quem cometer essa injustiça, pois todo mundo tem direito de ter seu credo”, disse Leci.